



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LEOPOLDO EM 28.07.2015

Aos 28 dias do mês de julho de 2015, compareceu à sede da 2ª Vara do Trabalho de São Leopoldo a Excelentíssima Senhora **CARMEN GONZALEZ**, Desembargadora Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhada da servidora Ana Maria Lucena Adams, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0004002-55.2015.5.04.0000. A Desembargadora Vice-Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Titular JANAINA SARAIVA DA SILVA, pela Diretora de Secretaria CLAUDIA BENDER e pelos servidores lotados nessa Vara do Trabalho. A Juíza Substituta lotada ALINE DORAL STEFANI FAGUNDES se encontrava em férias e em continuação estará afastada da jurisdição, em licença de estudos, quando atuará, em seu lugar, o Juiz Substituto Giovani Martins de Oliveira. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 16.03.1971

Data da última correição realizada: 02.09.2014

Jurisdição: Alto Feliz, Bom Princípio, Capela de Santana, Feliz, Linha Nova, Portão, São José do Hortêncio, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Tupandi, Vale Real.

**1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 28.07.2015**

### 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### **2.1 JUÍZES**

##### **2.1.1 Regime de Lotação**

Nos termos da Portaria nº 01, de 03.03.2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 2ª Vara do Trabalho de São Leopoldo pertence à 39ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição é dotada de lotação de um Juiz Substituto.

##### **2.1.2 Juizes Atuais**



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Juiz(a)	Situação	Período
<b>Janaína Saraiva da Silva</b>	<b>Juíza Titular</b>	Desde 13.08.2012
<b>Aline Doral Stefani Fagundes</b>	<b>Juíza Substituta Lotada</b>	Desde 04.12.2014
<b>Giovani Martins de Oliveira</b>	<b>Juiz Substituto</b>	Designado para atuar a partir de 17.8.2015, no afastamento da Juíza Substituta lotada Aline Doral Stefani Fagundes

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 14.07.2015)

### 2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

Juiz(a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
- <b>Janaína Saraiva da Silva</b>	Desde 13.08.2012	Juíza Titular	-
- <b>Aline Doral Stefani Fagundes</b>	Desde 04.12.2014	Juíza Substituta lotada	-
- <b>Luís Henrique Bisso Tatsch</b>	Até 29.09.2014	Juiz Substituto lotado	-
1 <b>José Frederico Sanches Schulte</b>	03 a 06.04.2014 (04d)	Juíza Titular em férias	<b>04 dias</b>
2 <b>Rafael Moreira Abreu</b>	07.04.2014 (01d)	Juiz Substituto em licença-paternidade	<b>01 dia</b>
3 <b>Bárbara Fagundes</b>	28.04 a 04.05.2014 (07d)	Juíza Titular em férias	<b>07 dias</b>
4 <b>Mateus Crocoli Lionzo</b>	06.10 a 02.11.2014 (28d)	Lotação da Unidade Judiciária vaga	<b>28 dias</b>
5 <b>Maurício Joel Zanotelli</b>	27.05.2014 (01d)	Juíza Titular afastada (PA)	<b>01 dia</b>

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 14.07.2015)

\* Computado apenas o período correcionado.

### 2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares e Substitutos lotados durante o período correcionado

Juiz(a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
<b>Titular</b> <b>Janaína Saraiva da Silva</b>	Férias	17.03 a 06.04.2014 (21d)	<b>94 dias</b>
		28.04 a 04.05.2014 (07d)	
		25.08 a 14.09.2014 (21d)	
		19 a 22.09.2014 (04d)	
		26 a 28.09.2014 (03d)	
		18 a 24.02.2015 (07d)	



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**  
**VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

			27.04 a 24.05.2015 (28d)	
		PA	25 a 27.05.2015 (03d)	
<b>Substituto lotado</b>	<b>Luís Henrique Bisso Tatsch</b>	Licença-paternidade	03 a 07.04.2014 (05d)	<b>35 dias</b>
		Férias	22.04 a 21.05.2014 (30d)	
<b>Substituta lotada</b>	<b>Aline Doral Stefani Fagundes</b>	Férias	16 a 30.03.2015 (15d)	<b>74 dias</b>
			27.05 a 10.06.2015 (15d)	
			02.07 a 14.08.2015 (44d)	

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 14.07.2015)

## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores Lotados na Vara do Trabalho

	Servidor(a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Claudia Bender	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Diretor de Secretaria (CJ3)</b> (desde 14.10.2013)	09.10.2012
2	Gabriel Gonzalez de Oliveira	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Juiz Titular (FC05)</b>	09.10.2012
3	Vera Regina Machado Vianna	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)</b>	27.03.1987
4	Daniel Daroit Fedrizzi	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Secretário de Audiência (FC03)</b>	25.02.1994
5	Marcio Francisco Oliveira Fernandes	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Secretário de Audiência (FC03)</b>	18.03.2002
6	Pierre Francisco Passaglia	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	12.04.1988
7	Rafael Heck	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	01.12.2005
8	Daiane Groth	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	28.11.2014



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

9	Denise Uuritz Cerentini	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	30.04.2001
10	Fabricio Doederlein Ramos	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	25.04.2005
11	Paulo Martins de Lima Neto	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	29.07.2002
12	Paulo Roberto Seibert Almeida	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	22.01.1986

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 29.06.2015)

\* Servidor exerce Função Comissionada de Assistente de Juiz Substituto (FC05), não conta para fins de lotação na Unidade Judiciária.

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.616 processos	1.501 a 2.000	12 servidores	13 a 14 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas na Resolução nº 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da 2ª Vara do Trabalho de São Leopoldo está **abaixo** da quantidade prevista na referida norma.

## 2.2.3 Afastamento dos Servidores

Servidor(a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Claudia Bender	Curso ou Evento	5 dias	7 dias
	Curso Parcial	2 dias	
Gabriel Gonzalez de Oliveira	Curso ou Evento	1 dia	1 dia
Vera Regina Machado Vianna	Curso ou Evento	1 dia	4 dias
	Curso Parcial	2 dias	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1 dia	



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Daniel Daroit Fedrizzi	Curso ou Evento	3 dias	3 dias
Marcio Francisco Oliveira Fernandes	Curso ou Evento	1 dia	1 dia
Pierre Francisco Passaglia	Curso ou Evento	1 dia	26 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	25 dias	
Rafael Heck	Curso ou Evento	3 dias	3 dias
Daiane Groth	Curso ou Evento	4 dias	4 dias
Denise Uuritz Cerentini	Curso ou Evento	3 dias	4 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1 dia	
Fabricio Doederlein Ramos	Curso ou Evento	1 dia	1 dia
Paulo Martins de Lima Neto	Curso ou Evento	1 dia	57 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	56 dias	
Paulo Roberto Seibert Almeida	Curso ou Evento	1 dia	1 dia

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 29.06.2015)

## 2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Servidor(a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1 Yuri Pinheiro do Nascimento *	09.03.2011	15.10.2014	3 anos, 7 meses e 6 dias	Lotação na Vara do Trabalho de Palmeira das Missões – Assistente de Juiz Substituto (FC05)
2 Patricia Wild Mombach	19.07.2010	27.11.2014	4 anos, 4 meses e 8 dias	Lotação na 4ª Vara do Trabalho de São Leopoldo
3 Monica Melchiades Soares	04.12.2014	19.7.2015		Lotação na Secretaria Geral da Presidência

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 29.06.2015 renovada em 26.11.2015)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

\* O servidor já ocupava função comissionada de Assistente de Juiz Titular/Substituto (FC05) na Vara do Trabalho correccionada.

## 2.2.5 Estagiários

	Estagiário	Curso em Andamento	Período
1	Mariana Bauer	Superior em Direito	13.04.2015 a 12.04.2016
2	Marina Gularte Garcia	Superior em Direito	15.05.2015 a 14.04.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 29.06.2015 renovada em 16.11.2015)

## 2.3 CAPACITAÇÃO

### 2.3.1 Capacitação dos Juízes Titulares e Substitutos lotados durante o período correccionado

Juiz	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total
<b>Janaína Saraiva da Silva</b> Juíza Titular	-	-	61 horas	<b>61 horas</b>
<b>Aline Doral Stefani Fagundes</b> Juíza Substituta	-	-	134 horas	<b>134 horas</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 14.07.2015)

### 2.3.2 Capacitação dos Servidores

Servidor(a)	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total
Claudia Bender *	84 horas	8 horas	15 horas	107 horas
Gabriel Gonzalez de Oliveira	-	8 horas	1,5 horas	9,5 horas
Monica Melchiades Soares	-	8 horas	55,5 horas	63,5 horas
Vera Regina Machado Vianna	15 horas	8 horas	40 horas	63 horas
Daniel Daroit Fedrizzi	10 horas	8 horas	-	18 horas
Marcio Francisco Oliveira Fernandes	-	8 horas	-	8 horas



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Pierre Francisco Passaglia	10 horas	8 horas	21 horas	39 horas
Rafael Heck	-	8 horas	44 horas	52 horas
Daiane Groth	-	-	57 horas	57 horas
Denise Uuritz Cerentini	-	8 horas	36 horas	44 horas
Fabricio Doederlein Ramos	-	8 horas	75,5 horas	83,5 horas
Paulo Martins de Lima Neto	-	8 horas	-	8 horas
Paulo Roberto Seibert Almeida	-	8 horas	-	8 horas

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 29.06.2015)

\* Gestora da Unidade Judiciária.

### **3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL**

#### **3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO**

Situação	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015 (até maio)
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	1.329	1.506	13,32%	1.578	4,78%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	146	155	6,16%	160	3,23%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.267	1.231	-2,84%	1.310	6,42%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	302	149	-50,66%	123	-17,45%
<b>Total</b>	<b>3.044</b>	<b>3.041</b>	<b>-0,10%</b>	<b>3.171</b>	<b>4,27%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

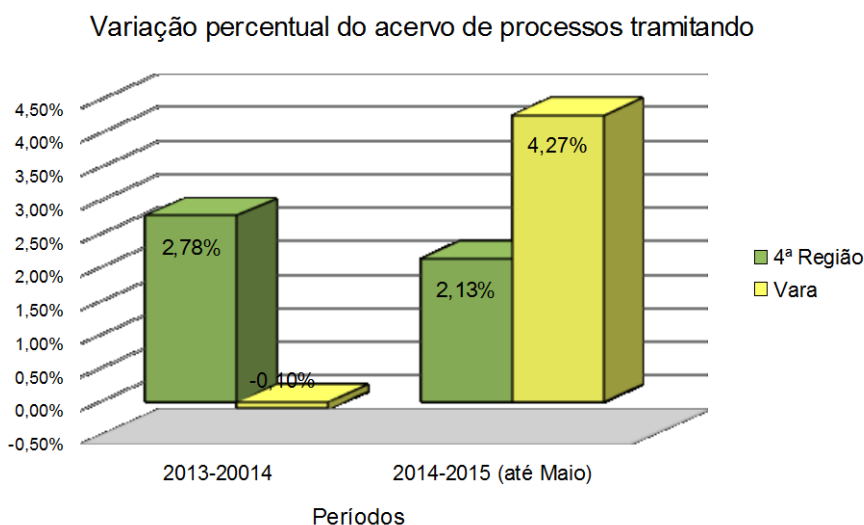
\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, o estoque de processos em tramitação na Unidade Judiciária manteve-se estável, considerando a redução de 3 processos, equivalente a -0,10%. Verificou-se diminuição no número de cartas precatórias



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

e de ordem pendentes de devolução (-153 cartas) e de processos na fase de execução (-36 processos) e aumento nos processos pendentes de finalização na fase de conhecimento (+177 processos) e de liquidação (+9 processos). O desempenho da unidade em 2014 é bom, uma vez que na 4ª Região apurou-se, em média, aumento de 2,78% no acervo de processos em tramitação no mesmo período.



## 3.2 FASE DE CONHECIMENTO

### 3.2.1 Processos pendentes de solução

	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015 (até maio)
Casos novos	1.544	1.925	24,68%	765	-60,26%
Sentença Anulada/Reformada	13	3	-76,92%	0	-100,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)	1.365	1.497	9,67%	577	-61,46%
Processos pendentes de solução	515	727	41,17%	812	11,69%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

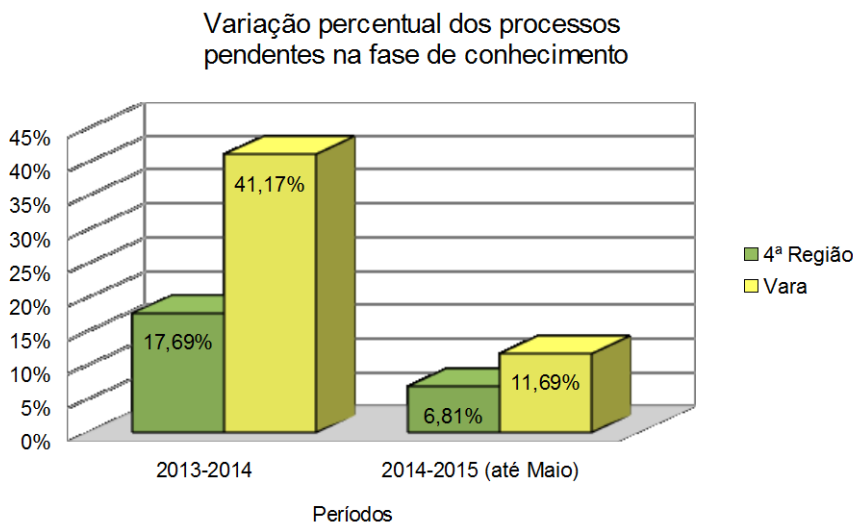
Em 2014, o estoque de processos pendentes da fase de conhecimento na Unidade Judiciária cresceu 41,17%, em relação ao ano anterior. Esse resultado decorre do aumento de 24,68% no número de casos novos, associado à majoração de 9,67% no número de processos solucionados. No mesmo período, nas demais Unidades Judiciárias da 4ª





**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

Região, o crescimento no número de processos pendentes da fase de conhecimento foi de 17,69%, menor que o ocorrido na unidade correccionada, conforme apontado no gráfico a seguir.



A maior parte dos processos pendentes de solução na fase de conhecimento aguarda encerramento da instrução processual. Aumentou o número de processos aguardando prolação de sentença com prazo vencido na Unidade, que passou de 38 processos em 2013 para 45 em 2014, o que merece atenção. Especificações no quadro abaixo.

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015 (até maio)
Aguardando 1ª sessão de audiência	136	285	109,56%	308	8,07%
Aguardando encerramento da instrução	285	346	21,40%	378	9,25%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	56	51	-8,93%	74	45,10%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	38	45	18,42%	52	15,56%
<b>TOTAL</b>	<b>515</b>	<b>727</b>	<b>41,17%</b>	<b>812</b>	<b>11,69%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

### 3.2.2 Taxa de congestionamento\*

Fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

(até maio)					
2ª Vara do Trabalho de São Leopoldo	35,67%	38,72%	8,55%	61,33%	58,37%
Média no TRT4 1ª Instância	40,94%	44,33%	8,28%	65,93%	48,71%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados/(resíduo anterior+processos recebidos)]

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados em determinado período. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendentes do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária aumentou de 35,67% em 2013 para 38,72% em 2014, permanecendo, ainda assim, abaixo do congestionamento médio regional (de 44,33%).

### 3.2.3 Processos solucionados

Fase de conhecimento							
Solução		2013		2014		2015 (até maio)	
		Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Com exame de mérito	Conciliação	750	54,95	837	55,91	366	63,43
	Julgado procedente	17	1,25	32	2,14	5	0,87
	Julgado procedente em parte	371	27,18	373	24,92	113	19,58
	Julgado improcedente	87	6,37	114	7,62	33	5,72
	Extinto	0	0	0	0	1	0,17
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
Sem exame de mérito	Extinto	34	2,49	22	1,47	10	1,73
	Arquivamento (art. 844 CLT)	67	4,91	80	5,34	28	4,85
	Desistência	34	2,49	38	2,54	21	3,64
	Outras decisões	5	0,37	1	0,07	0	0
TOTAL		1.365	100	1.497	100	577	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

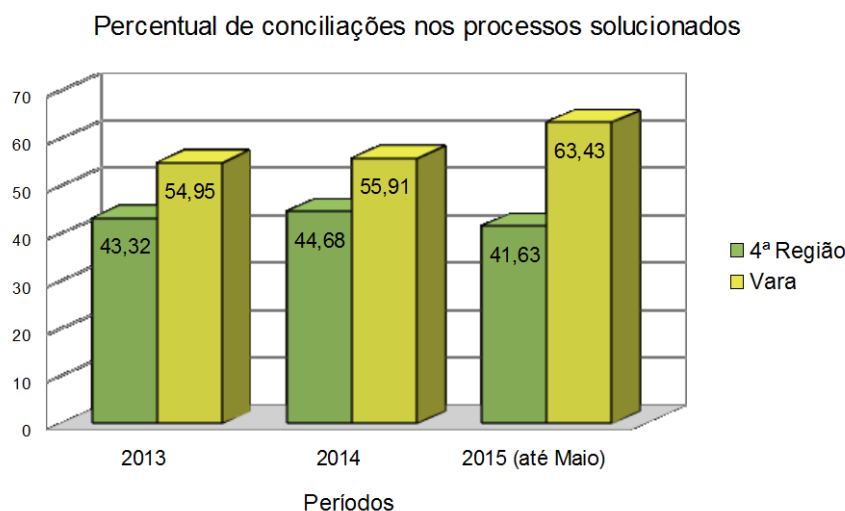
A Unidade Judiciária solucionou 132 processos a mais em 2014, na comparação com o ano anterior, refletindo acréscimo de 9,67%. No mesmo período, nas demais Unidades Judiciárias da 4ª Região, o número de processos solucionados apresentou recuo médio de 2,67%.

Excluídas as homologações de acordo, verificou-se aumento de 9,26% no número de decisões com resolução de mérito, considerando que foram proferidas 475 em 2013 e 519 em 2014, enquanto na 4ª Região aferiu-se



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito. Também houve aumento no número de acordos homologados, mas o percentual de conciliações em relação ao total de processos solucionados permaneceu estável, passando de 54,95% em 2013 para 55,91% em 2014, acima da média regional. Especificações no quadro abaixo.



### 3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

#### 3.3.1 Processos pendentes de liquidação

	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015 (até maio)
Iniciadas	258	259	0,39%	119	-54,05%
Encerradas	211	202	-4,27%	85	-57,92%
Pendentes	153	127	-16,99%	139	9,45%
Em Arquivo Provisório	3	4	33,33%	3	-25,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

O estoque de processos pendentes na fase de liquidação na Unidade Judiciária recuou de 153 em 2013 para 127 em 2014, representando decréscimo de 16,99%. No mesmo período, se verificou o aumento de 0,39% no número de liquidações iniciadas no ano de 2014 e queda de 4,27% no número de liquidações encerradas no período.

#### 3.3.2 Taxa de congestionamento\*

Fase de liquidação



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015 (até maio)
2ª Vara do Trabalho de São Leopoldo	44,33%	50,97%	14,99%	65,45%	28,40%
Média no TRT4 1ª Instância	42,12%	44,16%	4,83%	62,42%	41,35%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07/(resíduo anterior+liquidações iniciadas))

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária na fase de liquidação foi de 50,97% no ano de 2014, constatando-se aumento de 14,99% em relação ao ano anterior. O índice da Unidade em 2014 ficou acima do congestionamento médio da 4ª Região, de 44,16%.

### 3.4 FASE DE EXECUÇÃO

#### 3.4.1 Processos pendentes na fase de execução

		2013	2014	Variação 2013- 2014	2015 (até maio)	Variação 2014- 2015 (até maio)
Entradas	Iniciadas	395	332	-15,95%	170	-48,80%
	Desarquivadas para prosseguimento	11	802	7190,91 %	8	-99,00%
Saídas	Encerradas	359	218	-39,28%	81	-62,84%
	Arquivadas Provisoriamente	1	145	14400,00 %	12	-91,72%
Pendentes	Exclusivamente de crédito previdenciário	33	14	-57,58%	19	35,71%
	Demais	651	567	-12,90%	597	5,29%
	<b>Total</b>	<b>684</b>	<b>581</b>	<b>-15,06%</b>	<b>616</b>	<b>6,02%</b>
Saldo no arquivo Provisório		1.793	1.133	-36,81%	1.138	0,44%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

Em 2014, a Unidade Judiciária reduziu em 39,28% o número de execuções encerradas em relação ao ano de 2013, enquanto o desempenho aferido na 4ª Região apresentou redução de 5,57%. Também houve queda de 15,95% no número de execuções iniciadas na unidade correccionada. Ainda assim, o estoque de execuções pendentes recuou 15,06% em relação ao ano de 2013, o que é elogiável.

No mesmo período, na 4ª Região, verificou-se redução de 2,5% no total de processos pendentes da fase de execução.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

### 3.4.2 Taxa de congestionamento\*

Fase de execução (sem arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015 (até maio)
2ª Vara do Trabalho de São Leopoldo	65,48%	78,54%	19,95%	89,21%	13,59%
Média no TRT4 1ª Instância	69,60%	70,81%	1,74%	85,69%	21,01%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

\* Taxa de congestionamento =  $1 - \frac{\text{número execuções encerradas}}{\text{resíduo anterior} + \text{execuções iniciadas}}$

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária aumentou de 65,48% em 2013 para 78,54% em 2014, ultrapassando o congestionamento médio regional de 70,81%.

Taxa de congestionamento – fase de execução (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015 (até maio)
2ª Vara do Trabalho de São Leopoldo	88,03%	92,24%	4,78%	95,70%	3,75%
Média no TRT4 1ª Instância	84,51%	84,91%	0,47%	91,84%	8,16%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

Com a inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo, a taxa de congestionamento da Unidade Judiciária, na fase de execução, ficou em 92,24% no ano de 2014, acima do congestionamento médio regional, de 84,91%.

### 3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015 (até maio)
Processos com inclusão de devedor no BNDT	31	59	90,32%	30	-49,15%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	39	34	-12,82%	10	-70,59%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	1.638	1.654	0,98%	1672	1,09%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **devem ser realizados com prioridade** pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 2ª Vara do Trabalho de São Leopoldo, foi realizado cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente em 2013 e 2014 com a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT. Dessa consulta resultou **01 processo** com execução encerrada definitivamente e que ainda possui devedores inscritos no BNDT.

Processo	Situação Processual	Histórico BNDT
0149800-65.2008.5.04.033 2	Em 10/05/2012 foi lançado o andamento “extinta a execução” e em 28/05/2012, o andamento “arquivado definitivamente”.	As reclamadas GR Brasil S/A Participações (Massa Falida) e Pedrozo Sistemas de Monitoramento e Locação Ltda. (Massa Falida) foram incluídas no BNDT em 13/09/2011, e a reclamada Pedrozo Sistema de Rádio Alarme Ltda, em 28/05/2012, com a informação “sem garantia”.

(Fonte: Consulta aos Sistemas e-Gestão e inFor em 09.07.2015)

### 3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

	2013			2014			2015 (até maio)		
	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes
Embargos de declaração	94	80	27	75	18	62	39	47	63
Antecipações de tutela	117	2	126	133	17	91	47	14	126
Impugnações à sentença de liquidação	11	9	6	6	7	8	2	1	9
Embargos à execução	43	29	29	44	52	30	15	20	28
Embargos à arrematação	1	0	2	3	3	2	0	0	2
Embargos à adjudicação	0	0	0	0	0	0	0	0	0



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Exceções de pré-executividade	1	1	5	2	3	3	3	0	6
<b>Total</b>	<b>267</b>	121	195	<b>263</b>	100	196	<b>106</b>	82	234

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

Conforme se observa do quadro acima, em 2014 o número de incidentes processuais recebidos manteve-se estável, na comparação com o ano anterior, passando de 267 para 263. Houve redução no número de incidentes processuais julgados, de 121 para 100, no entanto permaneceu estável o número de incidentes processuais pendentes (195 em 2013 e 196 em 2014).

Em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão em 2014, constatou-se que algumas pendências registradas decorrem de erros no lançamento no sistema informatizado, conforme amostragem que segue:

Processos Físicos	
Processo	Situação
0000017-57.2012.5.04.0332	Em 10/12/2014 foi registrado no inFOR protocolo de Embargos à Penhora pela reclamada. Em 18/12/2014 foi proferida decisão, não recebendo a manifestação protocolada pela reclamada. Não houve, entretanto, registro no inFOR de baixa do incidente, permanecendo este pendente junto ao e-Gestão.
0065000-17.2002.5.04.0332	Em 07/10/2014 foi registrado no inFOR Embargos de Declaração pela reclamada. Em 19.11.2014 foi proferida decisão não acolhendo a manifestação da parte. Considerando, entretanto, que não houve registro de baixa/julgamento do incidente, permanece este pendente junto ao e-Gestão.
PJe	
Processo	Situação
0020021-47.2014.5.04.0332	Em 13/01/2014 a parte autora ao ajuizar a ação no sistema PJe registrou pedido de liminar/antecipação de tutela. Em 13.01.2014 foi proferido despacho, postergando a apreciação do pedido para após a apresentação da defesa. Em 30.07.2014 foi proferida sentença julgando improcedente o pedido de verbas rescisórias (objeto do pedido de antecipação de tutela). Não houve, entretanto, registro no sistema de baixa/julgamento do incidente, permanecendo este pendente junto ao e-Gestão.

(Fonte: Consulta aos Sistemas e-Gestão, inFOR e PJe em 06.07.2015)

Diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

## 4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

### 4.1 FASE DE CONHECIMENTO

Prazos médios (em dias)



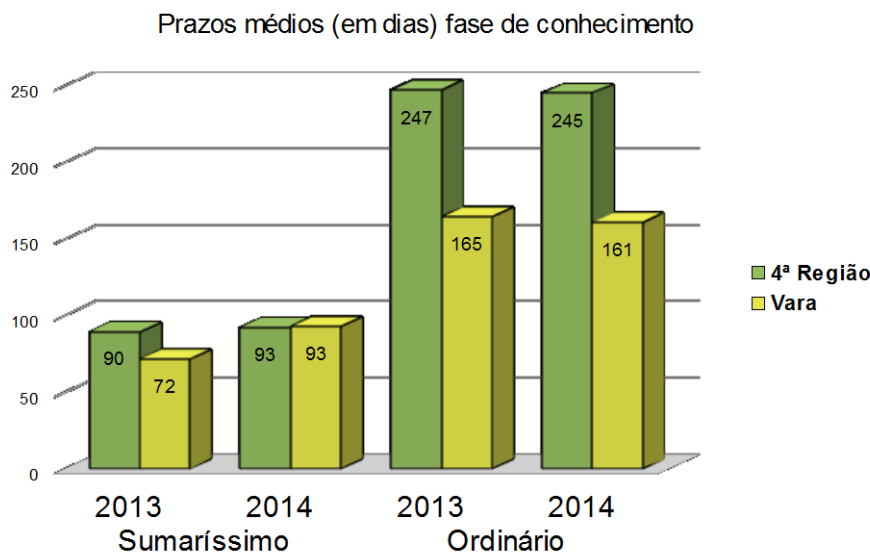
**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

		2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015 (até maio)
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	72,11	93,14	29,17%	94,18	1,12%
	Ordinário	164,7	161,13	-2,17%	179,5	11,40%
	Total	155,79	154,81	-0,63%	170,69	10,26%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

Em 2014, entre o ajuizamento da ação e a prolação de sentença decorreram, em média, 93,14 dias nos processos submetidos ao rito sumaríssimo, e 161,14 dias nas ações ordinárias, refletindo redução média de 0,63% em relação a 2013.

O lapso de tramitação processual na fase de conhecimento na unidade correccionada mostrou-se próximo àquele aferido nas demais Unidades Judiciárias da 4ª Região nos processos de rito sumaríssimo, onde constatou-se transcorrerem, em média, 92,57 dias, e mais célere nas ações ordinárias, onde aferido lapso de tramitação processual de 245,25 dias. Especificações no gráfico abaixo.



## 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015 (até maio)





**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

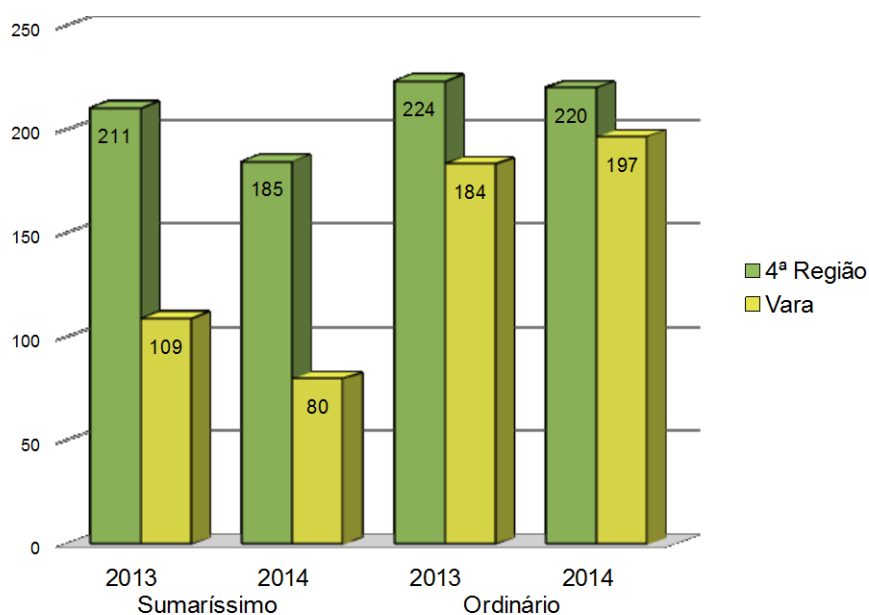
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	108,9	80	-26,54%	55,6	-30,50%
	Ordinário	183,62	196,63	7,09%	248,23	26,24%
	Total	175,89	189,77	7,89%	235,22	23,95%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação na Unidade Judiciária, em 2014, aumentou 7,89% em relação ao ano anterior. Nos processos de rito sumaríssimo foram consumidos, em média, 80 dias e nas ações ordinárias, 196,63 dias.

O lapso de tramitação processual na fase de liquidação na Unidade Judiciária, quando comparado com o prazo médio aferido na 4ª Região, mostrou-se 56,71% e 10,67% mais célere nos processos de rito sumaríssimo e nas ações ordinárias, respectivamente. Especificações no gráfico abaixo.

Prazos médios (em dias) fase de liquidação



### 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015 (até maio)
Do início ao encerramento da execução	Ente Privado	487,83	759,77	55,74%	768,46	1,14%
	Ente Público	941,70	1.382,83	46,84%	912,88	-33,99%



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

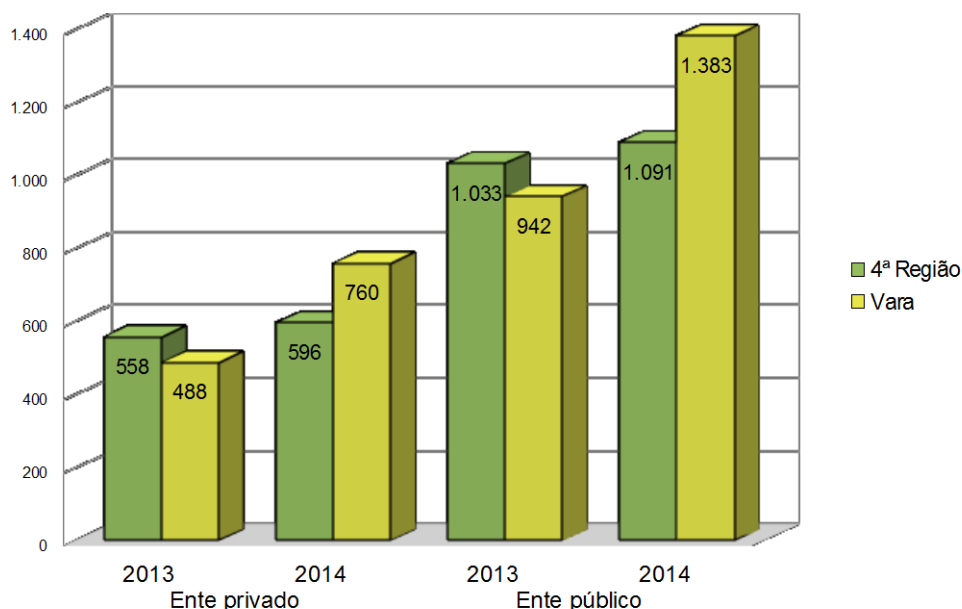
	Total	518,19	817,28	57,72%	783,27	-4,16%
--	-------	--------	--------	--------	--------	--------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

O prazo de tramitação processual na fase de execução na Unidade Judiciária aumentou 55,74% nos processos contra entes privados, passando para 760 dias e 46,84% nas ações contra entes públicos, alcançando 1.383 dias.

Na comparação com o prazo médio da fase de execução das demais Unidades Judiciárias da 4ª Região vê-se que o da 2ª Vara do Trabalho de São Leopoldo é 27,41% mais moroso nos processos em que o executado é ente privado e 26,76% mais lento quando o executado é ente público.

**Prazo médio (em dias) fase execução**



## **5 METAS**

### **5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2014**

**5.1.1. Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014.”**

<b>META 1/2014 CNJ</b>			
Distribuídos até 31.12.2014	Solucionados até 31.12.2014	%	Resultado
1.925	1.497	77,77%	<b>Meta não cumprida</b>



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

**5.1.2 Meta 2:** “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012.

META 2/2014 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011			
Processos não julgados em 31/12/2011	Processos distribuídos até 31/12/2011 e julgados entre jan/2012 e dez/2014	%	Resultado
17	17	100,00%	<b>Meta cumprida</b>
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012			
Processos não julgados em 31/12/2012	Processos distribuídos até 31/12/2012 e julgados entre jan/2013 e dez/2014	%	Resultado
426	419	98,36%	<b>Meta cumprida</b>

**5.1.3 Meta 5:** “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

META 5/2014 CNJ		
Tipo de execução	% de redução/aumento do congestionamento	Resultado
Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	<b>-11,20%</b>	<b>Meta não cumprida</b>
Execução Fiscal	<b>-9,09%</b>	

**Observação:** O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A redução positiva (percentual precedido do sinal positivo) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A redução negativa (percentual precedido do sinal negativo) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

**5.1.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações coletivas distribuídas até 31/12/2011, no primeiro grau, e até 31/12/2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0	<b>Meta cumprida</b>

## 5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

**5.2.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.05.2015	Solucionados até 31.05.2015	%	Resultado
765	577	75,42%	<b>Período de apuração incompleto</b>

**5.2.2 Meta 2:** “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor
P2.1	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados no PERÍODO DE REFERÊNCIA, excluídos os que se encontravam suspensos em 31/12/2014.	Única	16
P2.4	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal	0
P2.7	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal	0
P2.10	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2015.	Mensal	4
P2.13	Número total de processos informados em P2.1 que foram julgados pela primeira ou única vez até 31.12.2014	Única	15

\*Percentual de cumprimento da meta=  $((\Sigma P2.10 + P2.13) / (P2.1 + \Sigma P2.4 - \Sigma P2.7)) \times 1000/9$

META 2/2015 CNJ – Julgamento dos processos ajuizados antes de 31.12.2013	
Percentual de cumprimento da meta	Resultado parcial (até maio)
<b>131,9%</b>	<b>Meta já cumprida*</b>

\*A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100%

**5.2.3 - Meta 5:** “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 31.05)	Execuções baixadas* em 2015 (até 31.05)	Grau de Cumprimento	Resultado
170	100	58,82%	<b>Período de apuração incompleto</b>

\*Consideram-se baixadas as execuções arquivadas definitivamente, aquelas em que resta pendente apenas valores inscritos em precatórios e aquelas em que pende apenas pagamento de custas ou o pagamento de peritos cuja responsabilidade compete ao poder público.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

**5.2.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

**5.2.5 Meta 7:** “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

META 7/2015 CNJ			
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (até 31.05.2015)	Meta de processos para 31.12.2015
1º) WMS Supermercados do Brasil Ltda.	25	15	<b>24</b>
2º) Estado do Rio Grande do Sul	3	4	<b>2</b>
3º) CLINSUL Mao de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	2	2	<b>1</b>
4º) Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN	0	0	<b>0</b>
5º) União	44	2	<b>43</b>
6º) Oi S.A.	10	12	<b>9</b>
7º) PROSERVI Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0	<b>0</b>
8º) Caixa Econômica Federal - CEF	13	13	<b>12</b>
9º) Banco do Brasil S.A.	0	1	<b>0</b>
10º) Hospital Nossa Sra. da Conceição	0	0	<b>0</b>

**5.2.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:**

**a)** “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 – até 31.05	Prazo médio a ser alcançado até 31.12.2015	Resultado parcial
228,17	154,81	170,69	153,26	<b>Período de apuração incompleto</b>



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 31.05)	Meta para 2015	Resultado Parcial
Total de acordos	750	837	793,5	366	802	Período de apuração incompleto
Média mensal de acordos	62,5	69,75	66,13	122	66,83	

## 6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

### 6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas, terças e quintas-feiras pela manhã e terças, quartas e quintas-feiras à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	-	-	-	-
Tarde	-	6 (I) 3 a 4 (P)	6 (I) 3 a 4 (P)	6 (I) 3 a 4 (P)	-
J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	6 (I) 3 a 4 (P)	6 (I) 3 a 4 (P)	-	6 (I) 3 a 4 (P)	-
Tarde	-	-	-	-	-

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria e consulta ao livro pauta em 28.07.2015)

**Legenda:**

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias
- E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

### 6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	J1 - Última data marcada	J1 - Próxima data livre
Inicial	06.10.2015	06.10.2015



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Una Sumaríssimo	06.10.2015	15.10.2015
Instrução	18.02.2016	18.02.2016
<b>Tipo</b>	<b>J2 - Última data marcada</b>	<b>J2 - Próxima data livre</b>
Inicial	21.09.2015	22.09.2015
Una Sumaríssimo	28.09.2015	29.09.2015
Instrução	14.12.2015	03.12.2015

(Fonte: Livro Pauta. Consulta em 28.07.2015)

### 6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência	Sumaríssimo	35,89	44,9	25,11%	59,84	33,26%
	Ordinário	42,86	48,88	14,04%	74,82	53,07%
	Total	42,53	48,55	14,16%	73,24	50,84%

(Fonte: e-Gestão. Consulta em 07.07.2015)

Em 2014, o prazo transcorrido do ajuizamento da ação até a realização da audiência inicial foi de **44,9 dias**, nos processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **48,88 dias**, nas ações ordinárias, refletindo aumento médio de 14,16%. Manteve-se, ainda assim, próximo do prazo médio considerado como adequado para unidades desse porte (até quarenta dias).

Os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, em 28.07.2015, quando constatado que as audiências iniciais estavam sendo designadas para dali a **75 (J1)** e **54 dias (J2)** nos processos sumaríssimos e **77 (J1)** e **61 dias (J2)** nas ações ordinárias.

### 6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE PROSSEGUIMENTO

No dia da inspeção correcional, 28.07.2015, as audiências de prosseguimento estavam sendo designadas com variação do prazo de **200 (J1)** a **125 dias (J2)**, abaixo do prazo tido por razoável para unidades com semelhante movimentação processual, de até 240 dias, o que é elogiável.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

## 6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz	Audiências Realizadas - 2014				Total
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
Aline Doral Stefani Fagundes	42	20	7	1	<b>70</b>
Barbara Fagundes	13	5	1	0	<b>19</b>
Daniela Elisa Pastório	1	1	0	0	<b>2</b>
Janaína Saraiva da Silva	702	347	63	2	<b>1.114</b>
Jarbas Marcelo Reinicke	16	0	0	0	<b>16</b>
José Frederico Sanches Schulte	7	2	2	0	<b>11</b>
Luís Henrique Bisso Tatsch	593	283	45	5	<b>926</b>
Marcelo Bergmann Hentschke	6	0	0	0	<b>6</b>
Mateus Crocoli Lionzo	81	40	4	0	<b>125</b>
Rafael Moreira de Abreu	4	2	1	0	<b>7</b>
Juiz não informado*	3	1	0	0	<b>4</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.468</b>	<b>701</b>	<b>123</b>	<b>8</b>	<b>2.300</b>

Juiz	Audiências Realizadas - 2015				Total
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
Aline Doral Stefani Fagundes	271	131	33	2	<b>437</b>
Janaína Saraiva da Silva	158	70	27	0	<b>255</b>
Mauricio Joel Zanotelli	6	3	0	0	<b>9</b>
<b>TOTAL</b>	<b>435</b>	<b>204</b>	<b>60</b>	<b>2</b>	<b>701</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

(\* O Sistema e-Gestão não retornou dados com o nome do juiz, na data da consulta.

## 6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Consta-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juizes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

## 6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Magistrados	Solucionados - 2014		
	Com Exame de Mérito	Sem Exame de Mérito	Total de processos





**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**  
**VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		solucionados
Aline Doral Stefani Fagundes	30	4	0	34	2	<b>36</b>
Barbara Fagundes	5	3	0	8	1	<b>9</b>
Janaína Saraiva da Silva	399	293	0	692	85	<b>777</b>
Jarbas Marcelo Reinicke	5	0	0	5	2	<b>7</b>
José Frederico Sanches Schulte	2	2	0	4	-	<b>4</b>
Luís Henrique Bisso Tatsch	351	193	0	544	45	<b>589</b>
Mateus Crocoli Lionzo	40	23	0	63	6	<b>69</b>
Rafael Moreira De Abreu	2	1	0	3	-	<b>3</b>
Juiz não informado (*)	3	0	0	3	-	<b>3</b>
<b>Total</b>	<b>837</b>	<b>519</b>	<b>0</b>	<b>1.356</b>	<b>141</b>	<b>1.497</b>
<b>Solucionados - 2015</b>						
Magistrados	Com Exame de Mérito				Sem Exame de Mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
Aline Doral Stefani Fagundes	230	72	1	303	36	<b>339</b>
Eliseu Cardozo Barcellos	-	1	0	1	-	<b>1</b>
Janaína Saraiva da Silva	135	74	0	209	23	<b>232</b>
Luís Henrique Bisso Tatsch	-	4	0	4	-	<b>4</b>
Mauricio Joel Zanotelli	1	0	0	1	-	<b>1</b>
<b>TOTAL</b>	<b>366</b>	<b>151</b>	<b>1</b>	<b>518</b>	<b>59</b>	<b>577</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

(\*) O Sistema e-Gestão não retornou dados com o nome do juiz, na data da consulta.

## 6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Janaína Saraiva Da Silva		
Processos de Cognição – Rito Ordinário		
Conclusão mais antiga: 03.12.2014 0020582-71.2014.5.04.0332*	0021094-54.2014.5.04.0332*	0021422-81.2014.5.04.0332*
0020077-46.2015.5.04.0332*	0021097-09.2014.5.04.0332*	0021425-36.2014.5.04.0332*
0020148-48.2015.5.04.0332*	0021112-75.2014.5.04.0332*	0021426-18.2014.5.04.0333*
0020281-45.2013.5.04.0014*	0021126-59.2014.5.04.0332*	0021435-80.2014.5.04.0332*
0020419-28.2013.5.04.0332*	0021141-28.2014.5.04.0332*	0021459-11.2014.5.04.0332
0020482-19.2014.5.04.0332*	0021161-19.2014.5.04.0332*	0021469-55.2014.5.04.0332*
0020526-38.2014.5.04.0332*	0021162-04.2014.5.04.0332*	0021488-61.2014.5.04.0332
0020527-23.2014.5.04.0332*	0021167-20.2014.5.04.0334*	0021504-15.2014.5.04.0332*
0020677-04.2014.5.04.0332*	0021209-75.2014.5.04.0332*	0021506-82.2014.5.04.0332*



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

0020765-42.2014.5.04.0332*	0021214-97.2014.5.04.0332*	0021517-14.2014.5.04.0332*
0020852-95.2014.5.04.0332	0021220-07.2014.5.04.0332*	0021518-96.2014.5.04.0332*
0020873-71.2014.5.04.0332*	0021247-87.2014.5.04.0332*	0021544-94.2014.5.04.0332*
0020878-93.2014.5.04.0332*	0021258-19.2014.5.04.0332*	0021553-56.2014.5.04.0332*
0020893-62.2014.5.04.0332*	0021261-71.2014.5.04.0332*	0021560-48.2014.5.04.0332*
0020898-84.2014.5.04.0332*	0021280-77.2014.5.04.0332*	0021561-33.2014.5.04.0332*
0020942-06.2014.5.04.0332**	0021289-39.2014.5.04.0332*	0021600-30.2014.5.04.0332
0020967-19.2014.5.04.0332*	0021290-24.2014.5.04.0332*	0021601-15.2014.5.04.0332*
0020984-55.2014.5.04.0332*	0021305-90.2014.5.04.0332*	0021611-59.2014.5.04.0332*
0021000-09.2014.5.04.0332*	0021308-45.2014.5.04.0332*	0021677-39.2014.5.04.0332*
0021037-36.2014.5.04.0332*	0021326-66.2014.5.04.0332*	0021727-65.2014.5.04.0332*
0021039-06.2014.5.04.0332*	0021338-80.2014.5.04.0332*	0021946-78.2014.5.04.0332*
0021040-88.2014.5.04.0332*	0021355-19.2014.5.04.0332*	0021974-46.2014.5.04.0332*
0021049-50.2014.5.04.0332*	0021358-71.2014.5.04.0332*	0021975-31.2014.5.04.0332*
0021058-12.2014.5.04.0332*	0021363-93.2014.5.04.0332*	0021977-98.2014.5.04.0332
0021078-03.2014.5.04.0332*	0021389-91.2014.5.04.0332*	0022067-09.2014.5.04.0332*
0021080-70.2014.5.04.0332*	0021403-75.2014.5.04.0332*	0022127-79.2014.5.04.0332*
<b>Incidentes Processuais da Execução</b>		
Conclusão mais antiga: 27.02.2015 0000720-56.2010.5.04.0332*	0080300-72.2009.5.04.0332*	0020232-20.2013.5.04.0332*
0000612-56.2012.5.04.0332*	0001626-46.2010.5.04.0332*	0020409-13.2015.5.04.0332**
0147300-36.2002.5.04.0332*		-
<b>Embargos Declaratórios</b>		
Conclusão mais antiga: 17.04.2015 0020066-51.2014.5.04.0332*	0021685-50.2013.5.04.0332*	0021702-86.2013.5.04.0332*
0020965-49.2014.5.04.0332*		
<b>Total: 90 processos</b>		
<b>Aline Doral Stefani Fagundes</b>		
<b>Processos de Cognição – Rito Ordinário</b>		
Conclusão mais antiga: 07.05.2015 0020293-07.2015.5.04.0332*	-	-
<b>Total: 1 processos</b>		

(Fonte: e-Gestão. Consulta em 23.07.2015)

\* Processos pendentes de sentença na data da Correição, julgados posteriormente

\*\* Processos pendentes de sentença na data da Correição, convertidos em diligência posteriormente

## **7 ROTINAS DE SECRETARIA**



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Na 2ª Vara do Trabalho de São Leopoldo, o trabalho nos processos físicos é distribuído por tarefas.

O atendimento ao balcão é realizado por Paulo Roberto.

O recebimento das petições remetidas pela CCDF é atribuição das estagiárias que, também efetuam a localização dos autos e lavratura do termo de juntada. Já a impressão das petições protocoladas pelo sistema VIPE incumbe a Denise.

A análise e lançamento de minutas de despacho do protocolo é realizada por Vera, Cláudia e Paulo Lima.

A certificação do prazo e lançamento de minuta de despachos correspondente é encargo de Pierre.

As notificações e ofícios são expedidos pelas estagiárias.

Os cumprimentos determinados em sala de audiência, em autos físicos, nos poucos processos ainda remanescentes, são efetivados pelo Secretário de Audiência Márcio.

Já os cumprimentos da fase de execução (incluindo mandados de citação e penhora, cartas precatórias da fase de execução, RPVs, precatórios e alvarás) são atribuições de Rafael, que vem instruindo Daiane para atuação na tarefa também.

Paulo Roberto, auxiliado pelas estagiárias, é o responsável pela expedição e recebimento de malotes, inclusive relativos à remessa e retorno de autos do TRT. Já a análise dos autos que retornam do TRT é atribuição de Paulo Lima.

Os convênios são manejados por Pierre (BacenJud), Cláudia (Renajud), Vera (InfoJud) e Cláudia e Paulo Lima (Jucergs).

A revisão dos autos para arquivo é efetuada por Pierre e o lançamento no sistema, pelas estagiárias.

## **7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES**

Na data da inspeção, em 28.07.2015, as pendências mais antigas datavam de 21.07.2015.

## **7.2 EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS**

Havia uma Carta Precatória a ser expedida pendente de 07.07.2015.

## **7.3 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS**

Os mandados mais antigos a serem expedidos datavam de 23.06.2015.

## **7.4 EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS**

Em dia.

## **7.5 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS**



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Na data da inspeção, 28.07.2015, constatou-se pequeno resíduo de alvarás a serem expedidos, datando o mais antigo de 21.07.2015.

## **7.6 EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIOS E RPV'S**

Em dia.

## **7.7 JUNTADA DE PETIÇÕES**

Em dia.

## **7.8 DESPACHOS DE PROTOCOLO**

Na data da inspeção, em razão da greve, verificou-se a existência de pendências de 01.07.2015. A Diretora esclareceu que diariamente é efetuada triagem das petições protocoladas, sendo dado andamento aos urgentes e de análise simples, sendo os demais examinados aos poucos, na medida do possível.

## **7.9 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO**

Em 28.07.2015, estava sendo certificado o prazo de 01.06.2015.

## **7.10 REMESSA DE AUTOS AO TRT**

Em dia.

## **7.11 CONVÊNIOS**

Em dia.

## **7.12 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS**

Em dia.

## **7.13 EXAME DOS LIVROS**

### **7.13.1 Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 dias**

Em consulta ao Sistema inFor, em 23.07.2015, verificou-se que não há processos em carga com advogados com prazo vencido há mais de 10 dias.

### **7.13.2 Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 dias**



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Em consulta ao Sistema inFor, em 23.07.2015, verificou-se que não há processos em carga com peritos com prazo vencido há mais de 10 dias.

### 7.13.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	332-00057/15	0000752-90.2012.5.04.0332	22/06/2015	01 mês e um dia
2	332-00058/15	0000700-85.1998.5.04.0332	22/06/2015	01 mês e um dia
3	332-00065/15	0001230-98.2012.5.04.0332	22/06/2015	01 mês e um dia
4	332-00063/15	0000195-40.2011.5.04.0332	25/06/2015	28 dias
5	332-00072/15	0001012-07.2011.5.04.0332	03/07/2015	20 dias
6	332-00075/15	0000669-11.2011.5.04.0332	03/07/2015	20 dias
7	332-00077/15	0000656-75.2012.5.04.0332	08/07/2015	15 dias
8	332-00078/15	0093000-17.2008.5.04.0332	08/07/2015	15 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 23.07.2015)

## 8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 24.06.2015, uma listagem contendo 10 processos escolhidos aleatoriamente pelo sistema. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, dos quais 7 foram escolhidos entre os constantes nessa lista e 3 dentre os mais antigos tramitando em cada fase processual (conhecimento, liquidação e execução). O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados no inFOR pela Unidade Judiciária.

### 8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	<b>Processo nº 0000002-83.2015.5.04.0332</b>
<b>Fase:</b> Conhecimento. <b>Peculiaridade.</b> Embargos de terceiro. <b>Aspectos formais.</b> Nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> Despacho de 26.3.2015 (fl. 31), cumprido em 07.5.15 (fl. 32).	
2	<b>Processo nº 0000163-35.2011.5.04.0332</b>
<b>Fase:</b> Liquidação. <b>Aspectos formais:</b> Desatendido procedimento correto para formação dos autos provisórios das fls. 652-74 e fls. 678-97. <b>Movimentação processual:</b> prazo fixado na notificação da fl. 698 findou em 29.5.2015 e não foi certificado seu decurso <i>in albis</i> , com novo movimento processual apenas em 10.6.2015 (notificações das fls. 699-701).	
3	<b>Processo nº 0012000-97.2005.5.04.0332</b>
<b>Fase:</b> Execução. <b>Peculiaridade.</b> Processo arquivado provisoriamente em 08.8.2014 e	



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

desarquivado em 03.11.2014 para prosseguimento da execução. **Aspectos formais:** Petição da fl. 607, protocolada em 06.2.2014, não foi levada à apreciação do magistrado. **Movimentação processual:** Despacho de 09.04.2013 (fl. 603), cumprido em 17.02.2014 (fls. 604-6); Processo sem movimentação após certidão do oficial de justiça em 19.12.2014 (fl. 631).

4

**Processo nº 0001784-33.2012.5.04.0332**

**Fase:** Execução encerrada. **Aspectos formais.** Documentos de tamanho reduzido à fl. 161-v não está numerado e rubricado. **Lançamentos no inFOR:** não constou o andamento “Liquidação Homologada” após a decisão que julgou líquida a sentença. **Movimentação processual:** Sentença transitou em julgado em 20.9.2013 e o decurso in albis do prazo recursal foi certificado apenas em 24.3.2014 (fl.144); cálculos de liquidação protocolados em 22.4.2014 (fl. 146) e notificação foi expedida em 09.5.2014 (fl. 154); prazo fixado na notificação da fl. 184 findou em 24.9.2014, e seu decurso *in albis* não foi certificado, ocorrendo o próximo movimento em 10.10.2014 (fl. 185); processo sem movimentação de 18.12.2014 (fl. 187-v) a 30.01.2015 (fl. 192); prazo fixados nas notificações das fls. 196-7 findou em 04.5.2015, sem que seu decurso tenha sido certificado até a remessa dos autos à Vice-Corregedoria, em 01.7.2015.

5

**Processo nº 0000015-87.2012.5.04.0332**

**Fase:** Execução. **Aspectos formais:** Não foi certificado o decurso de prazo da notificação da fl. 241. **Movimentação processual:** despacho de 11.6.2014 (fl. 226), cumprido em 01.8.2014 (fl. 228); parte final do despacho de 14.5.2015 (fl. 252), cumprido em 11.6.2015 (fl. 254); processo sem movimentação no período de 12.2.2014 (fl. 204) a 13.3.2014 (fl. 205); processo sem movimentação de 19.12.2014 até 27.2.2015 (fl. 242).

6

**Processo nº 0001932-44.2012.5.04.0332**

**Fase:** Liquidação. **Aspectos formais:** Não foi certificado o decurso de prazo das notificações das fls. 94, 115 e 117. **Movimentação processual:** Despacho de 13.5.2014 (fl. 90), cumprido em 06.8.2014 (fl. 91); Despacho de 01.6.2015 (fl. 118) não cumprido até a data em que remetidos os autos à Vice-Corregedoria (01.7.2015); Prazo fixado na notificação da fl. 87 findou em 19.2.2014 sem que fosse certificado seu decurso in albis e processo permaneceu sem movimentação até 26.3.2014 (fl. 88); prazo fixado na notificação da fl. 88 findou em 14.4.2015 e processo permaneceu sem movimentação até 12.5.2014 (fl. 90); processo permaneceu em carga com contador no período de 20.12.2014 até 04.2.2015 (fl. 97) sem que a Secretaria cobrasse a devolução dos autos; Decurso do prazo da notificação da fl. 117 em 06.4.2015 e próximo movimento ocorreu apenas em 27.5.2015 (fl.118).

7

**Processo nº 0000465-98.2010.5.04.0332**

**Fase:** Execução encerrada. **Aspectos formais:** Certidão da fl. 255 não está datada. **Movimentação processual:** Despacho de 11.12.2013 (fl. 254), cumprido em 21.3.2014 (fl. 256).

8

**Processo nº 0192000-87.2008.5.04.0332**

**Fase:** Execução. **Peculiaridade.** Processo arquivado provisoriamente em 31.8.2011 e desarquivado para prosseguimento da execução em 21.1.2012. **Aspectos formais.** Nada a apontar. **Movimentação processual:** Despacho de 19.2.2015 (fl. 176) cumprido em 20.3.2015 (fl. 177); Após ofício expedido em 24.3.2014 à 1ª Vara Federal de Novo Hamburgo (fl. 267) processo permaneceu sem movimentação até 13.10.2014 (fl. 167-v) quando diligenciado pedido de informações àquela Vara Federal acerca do andamento do processo que lá tramita contra o executado nestes autos.

9

**Processo nº 0000669-74.2012.5.04.0332**



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

**Fase:** Execução. **Aspectos formais:** nada a apontar. **Laçamentos no inFOR:** não constou o andamento “Liquidação homologada” após a decisão que julgou líquida a sentença. **Movimentação processual:** Despacho de 09.4.2014 (fl. 198), cumprido em 09.5.2014 (fl. 199 – citação); Petição foi protocolada em 16.1.2014 (fl. 183) e autos foram conclusos ao magistrado em 03.2.2014 (fl. 185); petição propondo parcelamento da dívida protocolada em 18.6.2014 (fl. 201) e intimação do autor para manifestação expedida em 17.7.2014 (fl. 203); prazo da notificação da fl. 208 findou em 15.8.2014 e seu decurso foi certificado em 05.9.2014 (fl. 208-v); prazo da intimação da fl. 229 findou em 08.4.2015 e autos foram conclusos em 07.5.2015 (fl. 230).

10

Processo nº 0001459-58.2012.5.04.0332

**Fase:** Execução. **Aspectos formais.** Não constou termo de recebimento dos autos no retorno do TRT (fl. 318-v); Desatendido procedimento de formação dos autos provisórios das fls. 347-62. Documentos de tamanho reduzido à fl. 363-v não está numerado e rubricado. **Laçamento no inFOR:** não constou o andamento “Liquidação homologada” após a decisão que julga líquida a sentença. **Movimentação processual.** Nada a apontar.

## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no inFOR, aferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 15.07.2015.

Prática	Exemplos
Ausência de prazo final do acordo (Falta de andamento “Prazo”)	0001445-74.2012.5.04.0332
Processo devolvido ao arquivo sem registro/com registro incorreto e/ou aguardando arquivamento	0000237-89.2011.5.04.0332 0160600-60.2005.5.04.0332
Demora no andamento processual ou registros desatualizados	0125600-62.2006.5.04.0332 0000477-44.2012.5.04.0332 0000941-68.2012.5.04.0332 0000694-87.2012.5.04.0332

## 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, constatou-se que **é observada** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

## 8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, constatou-se que, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

recursal, **é ordenada** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.

## 8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, constatou-se que **é determinada** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

## 9 PJe

Conforme Cronograma de Implantação do PJe deste Regional aprovado pelo TST, o PJE foi implantado na Unidade Judiciária em **06.12.2012**.

O trabalho na unidade é dividido por tarefas.

A triagem inicial vem sendo realizada por Denise, ainda em fase de treinamento, supervisionada por Daniel.

Os cumprimentos da sala de audiência são realizados por Márcio.

A triagem inicial vinha ocorrendo, segundo a Diretora, em aproximadamente 48h. Entretanto, desde o início da greve, tem levado até 15 dias.

A análise das petições e minuta de despachos do protocolo é realizada por Cláudia, Vera, Paulo Lima e Daiane. Já o controle do prazo e lançamento de minuta vem sendo realizado por Pierre.

As notificações, assim como as cartas precatórias da fase de conhecimento, são expedidas por Denise e Paulinho.

Os alvarás, RPVs e Precatórios, bem como documentos mais complexos da execução são expedidos por Rafael, sendo que Daiane em treinamento, auxilia na tarefa.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, sendo a última no dia 24.07.2015, com nova verificação na data da inspeção, juntamente com a Diretora de Secretaria. A posição, na data da visita correcional, é a que segue:

Agrupador	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Último Movimento
Processos	-	1		28.07.2015





**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**  
**VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

c/petições avulsas				
C/ habilitações não lidas	-	<b>2</b>		<b>28.07.2015</b>
C/pedido de tutela não apreciados	-	<b>13</b>	<u>21127-10.2015</u>	<b>20.07.2015</b> (processos distribuídos associados à Ação Cautelar já apreciada. Aguardam decisão conjunta)
C/petições não apreciadas	-	<b>100</b>	<u>20857-54.2013</u>	<b>14.07.2015</b>
Mandados devolvidos OJ	-	-	-	-
<b>Pasta</b>	<b>Subpastas</b>	<b>Quantidade de processos</b>	<b>Mais antigo</b>	<b>Último Movimento</b>
Aguardando cumprimento providência	Pastas organizadas por prazo quinzenal  Mais pastas de prazos mensais de acordo e uma pasta de “prazo urgente”	<b>348</b>	<u>21748-41.2014</u>	<b>01.07.2015</b> (Decurso do prazo do de 60 dias para Juízo deprecente prestar informações)
Aguardando cumprimento exec.	Por prazo quinzenal. Mais as seguintes caixas:  -“BacenJud  -InfoJud/Vera  -InfoJud aguarda resultado  -Prazo embargos  -RenaJud/Claudia  -RenaJud/Claudia pesquisados	<b>88</b>	<u>20213-77.2014</u>	<b>29.04.2015</b> (expedido mandado). Aguarda cumprimento. Localizado na subpasta “2ª quinzena de junho/2015”)
Aguardando cumprimento liq	Sem subpastas	<b>2</b>		<b>16.07.2015</b>
Aguardando ciência	Sem subpastas	<b>68</b>	<u>21615-96.2014</u>	<b>25.06.2015</b> (decurso do prazo)
Aguardando ciência decisão-ConPra	Sem subpastas	<b>6</b>		Todos ainda no prazo
Aguardando prazo – ED	-	-	-	-
Aguardando término dos prazos	Sem subpastas	<b>181</b>	<u>20486-22.2015</u>	<b>11.06.2015</b> (decurso do prazo)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Análise de execução	Sem subpastas	7		27.07.2015
Apreciar urgentes	-	12	<u>21114-11.2015</u>	20.07.2015 (aguarda decisão conjunta dos processos associados à Ação Cautelar)
Análise de sobrestamento	-	-	-	-
Controle manual prazo pós sent.	-	-	-	-
Designar audiências	-	8	-	27.07.2015
Prazos vencidos	Sem subpastas	56	<u>20828-67.2014</u>	13.06.2015 (decurso do prazo)
Preparar comunicação	Organizado por tarefas:  CP – Denise  CP-Márcio  Daniel – cumprir despacho  Designar Perícia – Márcio (0)  Expedir certidão narrativa – Daniel  Mag. assinar-ofícios  Mag. assin. precat.  Mandados  Not. iniciais-Marcio  Not/dital-márcio  Exp. cert. crédito  Not. URGENTES  Not. Diversas. Greve  Ofícios  Ofícios-márcio	316	<u>21507-67.2014</u>    <u>20689-81.2015</u>    <u>20051-19.2013</u>    <u>20952-84.2013</u>	03.02.2015 (decurso do prazo para manifestação acerca do laudo). Processo consta como último movimento em 28.04.2015 (data em que movido para a tarefa).  <b>29.05.2015</b> (data em que arrastado para a caixa para notificação da audiência inicial designada para 20.08.2015). Notificação expedida em 27.07.2015.  <b>03.06.2015</b> (para expedir mandados)  <b>22.04.2015</b> (despacho determina expedição de certidão para habilitação do crédito). Certidão expedida em 28.07.2015
Recebimento de instância superior		11	<u>20065-03.2012</u>	06.07.2015 (recebido processo de instância superior)
Triagem inicial		44	20455-96.2015	25.06.2015 (redistribuído por prevenção)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

				Além deste, 3 processos de fim de junho/2015, um de 03.07.2015 e os demais a partir de 17.07.2015.
--	--	--	--	--

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

Verificou-se que os processos são, como regra, movimentados regularmente e, relativamente à designação de audiências iniciais, a Unidade observa o teor do art 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT).

Constatou-se razoável gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico, com organização de pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, possibilitando a visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade. No entanto, verificou-se na data da inspeção correcional, 28.07.2015, processos sem movimentação a partir de **junho**, coincidindo com o período que perdurou a greve dos servidores. Além disso, também se constatou atraso na tarefa “Preparar Comunicação” anterior a este período, com pendências a contar de **abril** de 2015, exigindo atenção.

Reiterou-se à Diretora de secretaria a relevância de manter o gerenciamento e verificação constante dos agrupadores para melhor controle da movimentação processual.

## **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO - SAT**

A Unidade Judiciária não contou com o auxílio do SAT no período correccionado.

## **11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

Verificou-se que na 2ª Vara do Trabalho de São Leopoldo o número de servidores (12) está **abaixo** do previsto na Resolução nº 63/2010 do CSJT (de 13 a 14). Todos os servidores participaram de cursos de capacitação, conforme se vê no item 2.3.2, apurando-se participação média de 43 horas por servidor em treinamentos e eventos de capacitação.

No período correccionado, houve movimentação de 3 servidores. Os afastamentos mais significativos se deram em razão de LTS (Paulo Lima, 56 dias, e Pierre, 25 dias).

Não houve adesão dos servidores da Unidade Judiciária aos movimentos grevistas ocorridos no ano de 2014. Com relação à greve de 2015, constatou-se adesão de 5 servidores da unidade.

Segundo se constatou a partir da análise dos dados estatísticos referentes à Unidade Judiciária correccionada, o acervo de processos em



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

tramitação, em 2014, reduziu 0,10% em relação ao ano de 2013, alcançando 3.041 processos, enquanto na 4ª Região verificou-se crescimento médio de 2,78% do acervo de processos em tramitação.

Em relação ao estoque de processos pendentes de solução da fase de conhecimento, a Unidade Judiciária aumentou 41,17% em 2014, na comparação com 2013, com acréscimo de 212 processos, enquanto a 4ª Região, em média, apresentou aumento de 17,69%. Ingressaram 1.925 casos novos na unidade em 2014. Ao final de 2014, verificou-se a existência de 45 processos aguardando prolação de sentença com prazo vencido, o que deve receber atenção por parte da magistrada J1.

No pertinente à efetividade, observa-se que a taxa de congestionamento na fase de conhecimento na Unidade Judiciária passou de 35,72% em 2013 para 38,72% em 2014 (aumento de 8,55%), mantendo-se abaixo do congestionamento médio regional, de 44,33% em 2014.

A Unidade Judiciária, em 2014, aumentou o número de processos solucionados, em comparação com o ano anterior, em 9,67%, enquanto na 4ª Região houve redução média de 2,67% na quantidade de processos solucionados. O número de decisões com resolução de mérito (excluídas as homologações de acordo) aumentou 9,26% na Unidade Judiciária em 2014, na comparação com o ano de 2013, enquanto, em média, as demais Unidades Judiciárias da 4ª Região apresentaram redução de 2,91%.

Houve redução de 16,99% no número de liquidações pendentes em 2014, enquanto o índice de congestionamento da Unidade Judiciária alcançou 50,97, superando o congestionamento médio apurado na 4ª Região, de 44,16%.

Já no pertinente à fase de execução, a Unidade Judiciária reduziu em 39,28% o número de execuções encerradas em 2014, em relação ao ano de 2013, enquanto na 4ª Região houve redução média de 5,57%. Apesar desse fato, o estoque de processos pendentes da fase de execução reduziu 15,06%, enquanto na 4ª Região verificou-se queda de 2,50% no acervo de processos pendentes da fase de execução. A taxa de congestionamento da unidade na fase de execução, de 78,54% em 2014 foi superior ao congestionamento médio da 4ª Região, de 70,81% em 2014.

Em relação às Metas do CNJ, as Metas 1 e 5 de 2014 não foram atendidas. As Metas 2 e 6 de 2014 e 2015 foram cumpridas. Quanto às demais Metas de 2015, os dados parciais até 31.05.2015 não são suficientes para verificação de seu atingimento.

A respeito do prazo de tramitação dos processos, constatou-se aumento médio de 0,63% na fase de conhecimento, em 2014. Nos processos do rito sumaríssimo transcorreram cerca de 93 dias do ajuizamento da ação até a prolação da sentença, e nos de rito ordinário cerca de 161 dias. No mesmo período de apuração, verificou-se na 4ª Região que o prazo médio de tramitação processual na fase de conhecimento foi de 93 dias nos processos sumaríssimos e 246 dias nas ações ordinárias.

Na fase de liquidação, o prazo de tramitação processual, em 2014, alcançou 80 dias nos processos sumaríssimos e 197 dias nas ações ordinárias.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

No mesmo período, o prazo médio regional foi de 185 dias nas ações sumaríssimas, e de 220 dias nos processos ordinários. O prazo médio da unidade na fase de liquidação permanece abaixo da média regional.

No pertinente à fase de execução, o prazo de tramitação processual, em 2014, alcançou 760 dias quando o executado é ente privado, e 1.383 dias quando a execução é contra ente público, enquanto as demais Unidades Judiciárias da 4ª Região apuraram, em média, 596 e 1.091 dias, respectivamente.

Verificou-se ainda que no ano de 2014, na Unidade Judiciária, o prazo médio para realização das audiências iniciais, tanto nos processos submetidos ao rito sumaríssimo quanto nas ações de rito ordinário, esteve próximo do lapso que se tem por adequado (quarenta dias) para unidades desse porte. Na data da inspeção, entretanto, constatou-se que estavam sendo designadas audiências iniciais de rito sumaríssimo e ordinário, respectivamente, para dali a 75 e 77 dias (J1) e 54 e 61 dias (J2), respectivamente, devendo ser envidados esforços para sua redução.

No pertinente ao prazo médio em que realizadas as audiências de prosseguimento, apurou-se que na data da inspeção correcional, 28.7.2015, situava-se entre 200 (J1) e 125 dias (J2), abaixo do prazo que se tem por razoável para unidades com semelhante movimentação processual (até 240 dias).

Em relação aos processos eletrônicos, verificou-se que a designação de audiências iniciais observa o teor do art. 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria. A divisão do trabalho se dá por tarefas e a movimentação dos processos, no período correcionado, como regra se deu com regularidade. Todavia, em algumas pastas, há processos sem movimentação desde meados de **junho de 2015**, coincidindo com o início do movimento grevista, mas também atrasos desde **abril de 2015** na tarefa “preparar comunicação”, o que é preocupante.

A partir do exame, por amostragem, dos autos físicos, bem assim na situação verificada por ocasião da inspeção correcional, desconsiderado o resultado especificamente associado à adesão de servidores à greve que se estendeu de 09.6.2015 até 01.10.2015, constatou-se que a Unidade Judiciária, vem, como regra, atendendo aos prazos legais para prática dos atos processuais, embora tenha apresentado alguns lapsos importantes apontados nesse relatório, que merecem atenção, devendo os gestores envidar esforços na sua regularização.

## **12 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES**

### **ITEM 3.4.3. (BNDT)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

- a) efetue a conferência e, se for o caso, a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) no processo relacionado no item 3.4.3.
- b) destaca-se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;
- c) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, deve ser verificada a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, a situação descrita no item 3.4.3.

### **ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)**

Determina-se que, em relação aos processos elencados no item 3.5 a Secretaria realize cotejo entre os andamentos lançados no sistema informatizado e o processamento nos feitos, lançando andamentos de entradas, conclusão e saídas dos incidentes processuais para correção das informações do sistema e-Gestão.

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

### **ITEM 5.2.1. (Meta CNJ 1 - 2015)**

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 1/2015, julgando mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2015, considerando-se que a Meta CNJ 1/2014, de igual conteúdo, já não foi cumprida pela Unidade Judiciária (item 5.1.1), e que os dados parciais de 2015, colhidos até 31.05.2015, apontam tendência de manutenção do quadro.

### **ITEM 5.2.3 (Meta CNJ 5 – 2015)**

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 5, baixando, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução.

### **ITEM 5.2.5 (Meta CNJ 7 – 2015)**

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 7, identificando e reduzindo, até 31.12.2015, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

### **ITEM 5.2.6 (Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015)**



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Recomenda-se que a Unidade tome as medidas necessárias para reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014, bem como aumente, em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento em relação à média do biênio 2013/2014.

**ITEM 6.3 e 6.4 (Prazo Médio – Audiências Iniciais e Audiências de Encerramento da Instrução)**

Recomenda-se sejam envidados esforços para reduzir os prazos médios para a realização das audiências iniciais, de forma a não ultrapassar 40 dias, que se tem por adequado para unidades desse porte.

Com relação às audiências de prosseguimento para fins de encerramento da instrução recomenda-se, de igual forma, seja mantido o prazo de 240 dias, razoável para unidades com semelhante movimentação processual.

**ITEM 7.13.3 (“Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias”)**

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

**ITEM 8.1 (“Análise dos Processos Físicos”)**

Atente, ainda, a Secretaria para as seguintes determinações e recomendações:

- a) proceda aos lançamentos obrigatórios no inFOR bem como daqueles que importem alteração de fase e repercutam no e-GESTÃO, como os andamentos relativos ao recebimento de recurso, homologação de liquidação e extinção da execução;
- b) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG/TST) e evitando lacunas e espaços em branco e múltipla escolha (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificados os signatários (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG/TST), vedado seu lançamento em verso de documento (art. 69 do CPCR);
- c) quando da juntada de documentos reduzidos, observe rigorosamente o que determina o art. 68 e §§ da CPCR;
- d) sempre que recebidas petições e/ou documentos ou praticados atos processuais enquanto os autos estiverem fora de Secretaria, providencie a formação dos autos provisórios, observando o procedimento previsto no art. 105, §1º, da CPCR;



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

- e) certifique as datas de vencimento dos prazos (art. 776 da CLT), bem como a ocorrência de feriado ou ausência de expediente forense que implique alteração na contagem;
- f) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC.

### **ITEM 8.2 (Andamentos no inFOR)**

Determina-se que a Unidade Judiciária observe o lançamento adequado dos andamentos no inFOR, a fim de evitar as práticas irregulares apontadas.

### **ITEM 9 (PJe-JT)**

Recomenda-se:

- a) seja procedida a análise de prevenção, de forma a assegurar que, em havendo repetição de ação, seja distribuída ao juiz prevento;
- b) que a triagem inicial nos processos eletrônicos seja feita diariamente e que entre o ingresso da ação e o momento de designação de audiência inicial, observe-se o prazo máximo de sete dias;
- c) sejam mantidos atualizados os dados constantes sob os “agrupadores” do PJe, procedendo à exclusão manual dos processos em que já foi dado andamento;
- d) providencie o exame e cumprimento das pendências com mais de quinze dias existentes nas caixas, em especial as da tarefa “preparar comunicação”.

Recomenda-se, ainda:

- que os processos que retornem do TRT ou TST à Unidade Judiciária com necessidade de inclusão em pauta sejam priorizados, com designação de audiência em prazo breve.

- que a Unidade Judiciária, sempre com a maior brevidade possível, encaminhe os equipamentos e móveis que já não tenham serventia à Coordenadoria de Controle da Direção do Foro com vista ao desfazimento desses bens, via doação a entidades e órgãos públicos, presentes as disposições do Decreto 99.658/1990.

### **13 PRESENCAS**





**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os juizes e os servidores da Unidade Judiciária, a Vice-Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho da Comarca, dia 29.07.2015, das 11h às 12h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes ao Foro Trabalhista de São Leopoldo, tendo comparecido, para esse fim, o Advogado Cláudio Garcez (OAB/RS 028340), que tratou de questões específicas relativas à 1ª Vara do Trabalho de São Leopoldo. À tarde, durante a inspeção correcional realizada na 4ª Vara do Trabalho, também compareceram os advogados Cláudio Garcez (OAB/RS 028340), Márcia Schwantes (OAB/RS 25752) e Lauri Kruger (OAB/RS 60258), tecendo considerações específicas sobre os procedimentos adotados pela Juíza Titular da 1ª Vara do Trabalho de São Leopoldo, sendo dito pela Vice-Corregedora que seriam objeto de atenção, destacando, entretanto, que quanto às questões jurisdicionais não compete à Corregedoria intervir.

#### **14 PRAZO PARA RESPOSTA**

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

#### **15 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Janaína Saraiva da Silva, pela Diretora de Secretaria Cláudia Bender e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Ana Maria Lucena Adams, Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Vice-Corregedora Regional.

**CARMEN GONZALEZ  
Vice-Corregedora Regional**